



Velloso: com juros baixos e superávit primário de 3% do PIB nos próximos três anos, a dívida pública estabiliza-se

## Previdência ajuda a aumentar despesa

Nelson Torreão  
Da equipe do *Correio*

221

A principal fonte de pressão sobre as contas públicas é a existência de “orçamentos em aberto”, cujas despesas crescem sem qualquer relação direta com a evolução das receitas. Esse diagnóstico será apresentado hoje pelo economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, no 11º Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos.

São quatro os orçamentos em aberto, que transferem dinheiro diretamente do governo às pessoas, na definição de Velloso: a Previdência Social, o seguro-desemprego, os benefícios assistenciais (o pagamento de um salário mínimo mensal aos idosos e aos deficientes físicos), e as aposentadorias e pensões dos funcionários públicos. Juntos, eles foram responsáveis por um déficit de R\$ 25,4 bilhões no ano passado (*veja quadro*).

Desses, apenas o seguro-desemprego ainda apresenta um fluxo de recursos positivo, mas as despesas crescem mais do que as receitas (as contribuições para o PIS e o Pasep), o que fatalmente fará com que a tendência se inverta.

A situação desses orçamentos foi agravada pela Constituição de 1988, que criou novos direitos básicos do cidadão, como o seguro-desemprego e o atendimento médico gratuito universal, e promoveu o resgate do que se convencionou chamar de dívida da seguridade social (*veja quadro*).

Duas outras decisões dos constituintes de 1988 viriam a piorar o qua-

dro das contas públicas: a instituição do Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos federais e o aumento da parcela dos impostos federais distribuídos automaticamente aos estados e municípios.

No primeiro caso, a intenção era moralizar o acesso ao serviço público, mas as consequências imediatas foram a concessão de estabilidade aos funcionários com cinco anos de serviço, e o aumento do número de beneficiários da aposentadoria integral. Tais medidas tornaram mais difícil o ajuste da política de pessoal, contribuindo para aumentar o déficit da previdência dos funcionários públicos.

### INFLAÇÃO

Segundo Raul Velloso, as novas fontes de receita criadas pela Constituição — a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que deveriam financiar o orçamento da seguridade social — têm se mostrado insuficientes para cobrir o aumento das despesas. Até o Plano Real, a inflação se encarregava de “fechar” em parte aqueles orçamentos. O resto do serviço era feito pela compressão das outras despesas, principalmente na área de saúde.

O déficit dos orçamentos em aberto, que era de R\$ 14,2 bilhões em 1995, aumentou 79% em três anos, segundo os cálculos de Velloso. O maior déficit, em termos absolutos, é o da previdência dos servidores públicos (R\$ 19 bilhões no ano passado). O déficit reflete o aumento do peso dos inativos e pensionistas so-

bre a folha de pagamentos do governo federal, que era de 26,7% em 1987 e passou a 45,3% em 1998.

Depois do Plano Real, as despesas com os programas de governo, inclusive os gastos com saúde, e os investimentos, voltaram a crescer (R\$ 36,5 bilhões em 1998, contra R\$ 29,2 bilhões em 1995), e o fechamento dos orçamentos foi feito com o aumento temporário de receitas — com a concessão de serviços públicos, a venda de participações minoritárias em estatais e a transferências de dividendos daquelas empresas ao Tesouro.

Para que o País cumpra o acordo com o FMI, nas contas de Velloso, será preciso cortar R\$ 16,5 bilhões dos programas que têm orçamentos fechados — todos aqueles que não implicam transferências diretas às pessoas — em 2001, o que implica reduzi-los quase a metade. Ou então, descobrir novas maneiras de aumentar as receitas, o que ele considera difícil.

As reformas administrativas e da Previdência só surtirão efeitos a longo prazo, argumenta o economista. “É preciso encontrar soluções de curto prazo, mesmo que temporárias. No caso da Previdência, isso significaria reajustar os benefícios abaixo da inflação”, recomenda Velloso.

Ele reconhece que decisões como essa são politicamente difíceis, mas diz que não há alternativa. “O problema básico com os orçamentos em aberto é que os déficits são muito elevados e crescentes. Assim, para serem eficazes, as soluções têm de ser contundentes. É preciso condicionar o crescimento das despesas ao das receitas.”